

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i27.674>

“MASSA DOS BRASILEIROS TRANSATLÂNTICOS”: a reinserção do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão pós-Independência (1825-1831)^{1,2}

"MASS OF THE TRANSATLANTIC BRAZILIANS": the reinsertion of the businessman Antonio José Meirelles in the Maranhão after the Independence (1825-1831)

"MASA DE LOS BRASILEÑOS TRANSATLÂNTICOS": la reinscripción del negociante Antonio José Meirelles en Maranhão tras la Independencia (1825-1831)

LUISA MORAES SILVA CUTRIM³

Doutoranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF
Juiz de Fora/Minas Gerais/Brasil
luisacutrim@hotmail.com

Resumo: O Maranhão pode ser considerado uma das faces da heterogeneidade do processo de separação política do Brasil, visto que houve forte enfrentamento da elite estabelecida na região, a qual se manteve atrelada a Lisboa até as vésperas da “adesão” à Independência. Após a “adesão” da província e o novo reordenamento político cresceu na região o antilusitanismo. Nesse contexto, o principal representante dos chamados “portugueses” no Maranhão foi o negociante Antonio José Meirelles, que conseguiu conservar seus privilégios na região, mesmo mantendo-se contrário à “adesão”. O presente artigo analisa as estratégias de Meirelles para a retomada do seu poderio político na região e suas maneiras de se relacionar com o poder central, assim como as querelas envolvendo o negociante no contexto do Maranhão recém inserido no Império do Brasil, entre 1825 e 1831.

Palavras-chave: Maranhão. Antonio José Meirelles. Negociante. Independência.

Abstract: Maranhão can be considered one of the faces of the heterogeneity of Brazil's process of political separation, since there was a strong confrontation within the regional elite, which remained Lusitanian, regional and tied to Lisbon until the eve of the "adhesion" towards independency. After the province's "adhesion" and the new political reordering, distrust of the "Portuguese" grew in the region. In this context, the main representative of the so-called "Portuguese" in Maranhão was the businessman Antonio José Meirelles, who managed to preserve his privileges in the region, even though he remained against the province's "adhesion" of independence. The present article analyzes Meirelles' strategies for the resumption of his political power in the region and his ways of relating to the central power, as well as the quarrels involving the merchant in the context of Maranhão recently inserted in the Empire of Brazil, between 1825 and 1831.

Keywords: Maranhão. Antonio José Meirelles. Independence.

Resumen: Maranhão puede ser considerado una de las caras de la heterogeneidad del proceso de separación política en Brasil, ya que hubo un fuerte enfrentamiento de la élite regional, que se mantuvo lusitana, regional y vinculada a Lisboa hasta la víspera de la "adhesión" a la Independencia. Después de la "adhesión" de la provincia y el nuevo reordenamiento político creció en la región el “antilusitanismo”. En este contexto, el principal representante de los

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2018 e aprovado para publicação em janeiro de 2019.

² Artigo submetido à Revista Outros Tempos em 05/02/2018.

³ Integrante do Projeto de Pesquisa *Portugueses residentes no Maranhão: a questão da propriedade nos impressos luso-brasileiros (1823-1831)*. Financiado pela FAPEMA.

llamados "portugueses" en Maranhão fue el comerciante Antonio José Meirelles, que logró conservar sus privilegios en la región, incluso se manteniendo contrario a la "adhesión" hasta la víspera de la Independencia. El presente artículo analiza las estrategias de Meirelles para la reanudación de su poderío político en la región y sus maneras de relacionarse con el poder central, así como las querellas involucrando al negociante en el contexto de Maranhão recién insertado en el Imperio de Brasil, especialmente entre 1825 y 1831.

Palavras clave: Maranhão. Antonio José Meirelles. Negociante. Independencia.

Introdução

O processo de Independência iniciado no Rio de Janeiro e as posteriores “adesões” das outras regiões marcaram o contexto de transformações. Além da discussão da separação política com Portugal, ganham corpo questões como a construção do Estado nacional e, posteriormente, a formação da identidade brasileira. Jurandir Malerba, ao fazer seu esboço sobre a historiografia recente da Independência, destaca que esses processos estavam umbilicalmente ligados e considera que a consolidação da Independência ocorreu após a finalização da edificação do Estado⁴. Sobre a formação desse Estado, Miriam Dolhnikoff defende que isso foi possível, “não pela ação de uma elite bem-formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”⁵. Foram múltiplas as formas de “adesão” à independência e que não necessariamente estavam relacionadas a um projeto unificador de caráter “nacional”.

O Maranhão pode ser considerado uma das faces da heterogeneidade do processo de separação política do Brasil, visto que houve forte enfrentamento da elite estabelecida na região, a qual se manteve atrelada a Lisboa até as vésperas da “adesão” à Independência⁶; que ocorreu em 28 de julho de 1823, após as inúmeras pressões

⁴ O autor apresenta ainda alguns marcos temporais que poderiam situar cada um desses processos destacados. Ele considera o processo de emancipação política entre 1808 até, no máximo, 1831; enquanto a construção do Estado estaria no interregno entre as atividades da Assembleia constituinte em 1823; e, por último, a outorga da Carta de 1824 e a aprovação do código criminal em 1830. MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cf. Introdução.

⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Fapesp, 2003. p. 432.

⁶ Marcelo Galves ressalta que os embates ocorridos no Maranhão entre a adesão ao Movimento do Porto e a “adesão” a Independência não questionavam os elos com Portugal. A possibilidade de Independência tornou-se mais concreta com a proximidade das tropas saídas do Ceará e do Piauí até Caxias e Itapecuru gerando, em alguns casos, a “adesão” com o intuito de alcançar benefícios. Por isso o uso do termo adesão entre aspas. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *“Ao público sincero e imparcial”*: *Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. Cap. 2. Tese publicada em 2015.

fortalecidas ainda mais com a chegada de Lord Cochrane⁷. Por ter sido uma região de forte resistência em integrar o projeto de separação política de Portugal, a estratégia para conseguir maior controle da região foi estabelecer novo ordenamento político⁸. Aproveitando-se dessas alterações, os novos grupos estabelecidos no poder, especialmente os produtores da ribeira do Itapecuru, incentivaram o enfraquecimento dos personagens ativos antes da Independência. Vieira da Silva destaca que, após a “adesão”, os “militares e o povo exigiam”: “1) novo Governador de Armas; 2) a pronta expulsão da cidade de São Luís de alguns portugueses, notadamente opostos ao sistema da independência e capazes de perturbar o sossego público; 3) a nomeação de novo Governo Civil”⁹. O novo contexto transformou as disputas e mudou as figuras de destaque político na província.

A expulsão de figuras importantes do Maranhão com intensa participação na movimentação política anterior à independência pode ser compreendida pela transformação de concepção do “ser português”: se antes a denominação expressava o local de nascimento, no pós-independência, o termo passou a representar um “ser absolutista”, ou visto como suspeito¹⁰. Por outro lado, aqueles que juraram a independência passavam a formar os “bons brasileiros”, compondo o cenário político do momento¹¹. Nesse contexto, o principal representante dos chamados “portugueses” no Maranhão foi o negociante e comendador Antonio José Meirelles, que conseguiu conservar seus privilégios na região, mesmo mantendo-se contrário à “adesão” até as vésperas da Independência e tendo enriquecido às custas da proteção dos governos anteriores. O negociante encabeçou, então, a lista dos “portugueses” expulsos da província, em 1823.

Antonio José Meirelles nasceu na cidade do Porto, em 1779, e atuou como negociante no Maranhão na primeira metade do século XIX, alcançando postos

⁷ Lord Cochrane era almirante britânico que atuou a serviço do Império entre os anos de 1822 e 1823, participando ativamente do processo de incorporação das províncias do Norte. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 17.

⁸ Aqui o novo ordenamento político é entendido como a mudança das figuras que passaram a ocupar cargos do governo local, visto que retornam aos espaços da administração as antigas famílias produtoras da região do Itapecuru, com a escolha da Junta Provisória, sob a presidência de Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce. Deu-se, então, o resgate da “importância política da parentela Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa”, nomes importantes da produção algodoeira. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 185-186.

⁹ VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 197-198.

¹⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* 2002. p.61.

¹¹ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 193.

militares na região¹², além de uma das principais distinções honoríficas do período, a comenda da Ordem de Cristo, passando a ser mais usualmente citado como comendador Meirelles. O negociante possivelmente enriqueceu com o tráfico de escravos, e é apontado por Manolo Florentino como um dos 17 maiores traficantes de escravos do porto do Rio de Janeiro, entre 1811-1830¹³. Ele manteve negócios com portos em Portugal, Inglaterra e África, assim como na América portuguesa, e também arrematou, em diversos momentos, importantes contratos régios na província¹⁴. Em 1838, ano da sua morte, foi possível produzir volumoso inventário¹⁵ que totalizava 371:151\$490 réis, valor relevante para o período. Contudo, além de fortuna, Meirelles também acumulou influência, com sua trajetória marcada por alianças e dissensos.

Os embates envolvendo o comendador Meirelles tornaram-se mais evidentes em 1821, após a adesão do Maranhão à Revolução do Porto e a manutenção no poder do então governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca¹⁶ (1819-1822). Os grupos partidários dividiram-se, então, em favoráveis, ou não, ao “novo” governo constitucional¹⁷. Meirelles foi peça-chave na manutenção de Pinto da Fonseca no poder após a adesão, relacionado, por exemplo, aos meios de legitimação estabelecidos pelo governador, como o jornal *Conciliador*¹⁸ e, posteriormente, a instalação da Tipografia¹⁹,

¹² APEM, Mapa das pessoas moradoras do 3º Distrito..., Mapoteca, Setor Avulsos. 1834. APEM, Confirmação de patente de tenente do regimento de milícia da vila de Guimarães a Antônio José Meirelles. APEM, Livro 17, 1805. Fl.81v. Confirmação de patente de capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão. APEM, Livro 18, 1814. Fl.119.

¹³ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 255.

¹⁴ O negociante administrou o Contrato dos Dízimos, o Contrato das Sizas, e o Contrato Régio das carnes verdes.

¹⁵ A transcrição do inventário de Antonio José Meirelles encontra-se entre a documentação levantada pelo grupo de pesquisa Família e Poder, liderado pela Prof. Dra. Antônia da Silva Mota do PPGHIS-UFMA. Gentilmente o grupo disponibilizou-nos o acesso ao documento. O original encontrava-se no Arquivo do Tribunal de Justiça-MA, contudo, não foi mais localizado.

¹⁶ Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca foi governador do Maranhão entre 1819 a 1822, período em que o Maranhão adere à Revolução do Porto e ele consegue se manter no poder a partir de alianças com figuras influentes como Meirelles, legitimando um “novo” governo, agora “constitucional”. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* Especialmente no Capítulo 3. Fonseca pertencia a uma família de militares que lutaram contra os franceses na Península Ibérica e, posteriormente, participaram das campanhas no Prata. De volta a Portugal, em 1822, Fonseca recebeu títulos e cargos após o restabelecimento dos poderes de D. João VI. Ao sair do governo do Maranhão, Fonseca deixou formada a Junta Consultiva presidida pelo bispo Joaquim de Nossa senhora de Nazaré, como forma de tentar manter as relações de poder estabelecidas por ele na região. Cf. VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. *História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 39; 57-60 e *Carta de um português emigrado acerca do ex-imperador do Brasil e do seu chamado manifesto* (1832). BN, Seção de Obras Raras *apud* GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.65.

¹⁷ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 21;65.

¹⁸ O *Conciliador* começa a circular no Maranhão em 1821, com os primeiros números ainda manuscritos, logo após a adesão da província ao movimento do Porto; em clara defesa à continuidade de Pinto da Fonseca como governador. A estreita ligação de Meirelles com o governo e, mais especificamente, com o

novidades do período. O comendador tornou-se, assim, sinônimo do governo constitucional de Fonseca e ambos eram igualmente atacados por grupos contrários à manutenção do governador, por meio de abaixo-assinados, protestos e denúncias, naquele período de intensa circulação de ideias e publicização dos embates.

Após ser expulso do Maranhão, em 1823, Meirelles retorna em 1825, com a retomada dos seus negócios na região e também das alianças com o poder político então estabelecido, representado pelo novo presidente de província Pedro José da Costa Barros. Mais uma vez, o novo cenário de atuação do negociante fez reavivar os embates impressos com os personagens de oposição. Contudo, os dissensos tinham agora como pano de fundo questões relacionadas com o recém criado Brasil, como o apoio ou não à “causa nacional”. O comendador continuou, assim, como figura central nos embates pós-Independência. Para grupos opositores, ele representava tudo aquilo que se buscava evitar nesse período de edificação do Estado nacional, enquanto para o governo o negociante era entendido como protagonista para a legitimidade da autoridade do novo centro de poder estabelecido no Rio de Janeiro.

O objetivo do presente artigo é, então, analisar as estratégias de Meirelles para o seu reposicionamento na província como figura atrelada ao governo central, assim como as querelas envolvendo o negociante no contexto do Maranhão recém inserido no Império do Brasil, notadamente entre 1825 e 1831. A discussão será pautada nos folhetos *A fidelidade maranhense...* e *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado na Aurora Fluminense*. Assim como em jornais que circulavam no Maranhão, como *A Bandurra* e o *Farol Maranhense*, e no Rio de Janeiro, como

Conciliador explica as constantes defesas feitas pelo periódico ao negociante nesse período em que esteve envolvido em diversos embates. Meirelles era ainda assinante do jornal *Conciliador*, nº 39, 24/11/1821, p. 5; nº 163, 01/02/1823, p. 5-6.

¹⁹ O governador Pinto da Fonseca instala a Tipografia também em 1821. Nesse ano, Meirelles apresenta seus gastos para a compra do impressor e do compositor no valor de 427.424 réis, além do montante despendido por ele no total de 144.632 réis com as passagens dos artífices, valor que ele computou como donativos “a favor do Estabelecimento”. *Conciliador*, suplemento ao nº46, 20/12/1821. p. 8. Ao que parece, foram altos os gastos para a instalação da Tipografia. Marcelo Galves elenca gastos com a instalação e com a manutenção da mão de obra especializada, ressaltando os valores elevados para o funcionamento da Tipografia. Ao comparar, por exemplo, as despesas com pessoal, em 1821, o valor assemelha-se aos gastos de toda Secretária de Governo naquele mesmo ano. A doação feita por Meirelles no início daquela instalação foi importante para a diminuição das despesas do governo. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *O Conciliador do Maranhão: imprensa e público leitor na América portuguesa (1821-1823)*. IN: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle. (Orgs.). *Escrita, edição e leitura na América Latina*. Niterói: PPGHistória – UFF, 2016. p.811-822.

*Astrea*²⁰ e *Aurora Fluminense*. O intuito é perceber o papel central assumido por Meirelles na estruturação do Maranhão como pertencente ao recém criado Brasil.

A reinserção dos “portugueses” no Maranhão pós-independência

Após a guerra de Independência, envolvendo grande parte das províncias do Norte, manter a unidade do Império passou a ser questão de primeira importância para o governo estabelecido no Rio de Janeiro. Entre as estratégias centralizadoras esteve o retorno dos “portugueses”, figuras de confiança do imperador, às posições de mando, principalmente após a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro. A partir, então, de 1823 houve o retorno da influência dos “portugueses” no âmbito econômico e político carioca. Eles representavam a maior parte dos ministros do governo alcançando proteção para seus interesses econômicos²¹. No caso do Maranhão, uma das últimas províncias a “aderir” a independência, era fundamental que o governo da região se mantivesse o mais alinhado possível com o governo central. Por conta disso, em 1825, foi nomeado pela corte do Rio de Janeiro o presidente de província Pedro José da Costa Barros, o qual seguiu a linha de atuação de D. Pedro buscando a reintegração dos “portugueses” à vida provincial.

Deste modo, parte da velha elite “portuguesa” conseguiu recuperar no Maranhão seus bens e seu predomínio, mantendo Costa Barros estreitas ligações com alguns deles, especialmente com o negociante Antonio José Meirelles, apontado por Matthias Assunção como “líder informal da elite portuguesa”²². A relação entre Meirelles e Costa Barros é destacada em carta do pseudônimo *Um maranhense imparcial*, publicada no jornal *Astréa*, com notícias sobre o novo presidente, ao afirmar que Costa Barros ficou hospedado na casa do negociante ao chegar ao Maranhão²³. O relato ressalta ainda a

²⁰ O jornal *Astréa* era publicado no Rio de Janeiro e ficou sob responsabilidade de Odorico Mendes entre 1826 e 1827, período em que o redator acusou diversas vezes Costa Barros de governar com os “portugueses”. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 292.

²¹ LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 104-105.

²² ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *De caboclos a bem-te-vis. A formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015. p.320.

²³ Costa Barros chegou ao Maranhão em fevereiro de 1825, atuando anteriormente como ministro da Marinha e presidente do Ceará. A sua chegada na província coincidiu com o retorno de Lord Cochrane para cobrar o pagamento pelos serviços prestados durante a guerra de Independência. Por conta disso, Costa Barros foi barrado pelo almirante de assumir a presidência da província. O intuito de Cochrane era garantir que o seu pagamento foi efetuado, o qual provavelmente não seria feito se houvesse a mudança de governo, já que as duas figuras possuíam dissensos anteriores. Costa Barros assumiu o governo apenas em agosto de 1825. Sobre a relação conflituosa entre Costa Barros e Cochrane Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 242 et seq. O período em que Costa Barros esteve hospedado na casa de Meirelles possivelmente refere-se a este interregno em que não pôde assumir a presidência da província e antes de ser enviado pelo almirante inglês ao Grão-Pará, em março de 1825.

necessidade de tornar públicas as violências cometidas por Costa Barros, e que nem mesmo Meirelles poderia “formar nesta Corte a barreira que impede de chegar a verdade aos ouvidos de um soberano justo”. A principal reclamação do pseudônimo é da perseguição impetrada contra os que “tiveram parte na causa da Independência”, segundo ele, efeito do ódio dos “outrora inimigos da Independência e do Imperador”²⁴. O pseudônimo ainda ressalta que o novo presidente da província e o antigo negociante eram os principais representantes desses novos “portugueses”.

A partir desse relato vê-se que a posse de Costa Barros alterou, mais uma vez, a configuração de forças políticas no Maranhão, na qual os “portugueses” rechaçados conseguiram se reposicionar e manter os privilégios prejudicados após a “adesão”. O objetivo dessa aliança era manter o controle da região, contudo, não inibiu as figuras de oposição de fazer circular suas insatisfações com o novo cenário, sobretudo por meio da imprensa, já consolidada como um importante palco de disputas²⁵. Vieira da Silva ressalta que, mesmo sem comando formal, a oposição conseguiu manter-se enérgica com eco também na imprensa da Corte. Em contrapartida, segundo o autor, o “caráter vingativo” de Costa Barros também ficava evidente, pois não hesitava em utilizar da sua posição para prejudicar seus desafetos²⁶.

Ao assumir o governo da província uma figura de “fora”, tornava-se fundamental angariar aliados, conjuntura política que permitiu a Meirelles, mais uma vez, ser entendido como peça-chave para o alcance dos interesses do governo. Por conta disso, ainda que a realidade na província fosse outra, o personagem alvo dos ataques da oposição permanecia o mesmo: comendador Meirelles.

A reinserção do negociante no Maranhão como figura de destaque no governo de Costa Barros possivelmente estava também relacionada com o período que esteve afastado da província, já que foi o único, entre os expulsos após a “adesão”, a ser enviado ao Rio de Janeiro. São poucas as informações sobre a atuação de Meirelles no interregno longe do Maranhão, o mais provável é que ele tenha dado continuidade às

²⁴ *Astrea*, nº 40, 26/09/1826, p.1-2.

²⁵ Galves destaca que da “adesão” do Maranhão à Independência até o final de 1824 pouco se sabe sobre a produção de impressos na província pela falta de notícia sobre a circulação de um jornal regular, como havia sido o *Conciliador*. Não havia também maior controle da Tipografia pelo presidente da Junta de Governo Miguel Bruce. O referido autor entende que Bruce tentou minimizar a presença desse ingrediente poderoso que era a imprensa. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p. 189-191. Deste modo, o retorno de Meirelles ao Maranhão coincidiu também com a reinserção dos jornais impressos na província, além da imprensa da corte que também estava voltada para a região. A partir de 1824 passam a ser impressos no Maranhão: *O Amigo do Homem* (1824-1827), *O Argos da Lei* (1825), *O Censor* (1825), *O Farol Maranhense* (1827-1832), *A Bandurra* (1828), *A Minerva* (1828-1829) e *A Cigarra* (1829-1830).

²⁶ VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *Op. Cit.* 1972. p. 197-198.

atividades mercantis no Rio de Janeiro. Isso porque o negociante consta entre os principais traficantes de escravos naquele porto, entre 1811 e 1830, realizando sua primeira viagem, saindo de lá, em 1824²⁷.

O relato do pseudônimo publicado no jornal *Astréa* também chama atenção para a relação de Meirelles com a corte, onde o negociante poderia ser um empecilho para publicações sobre o Maranhão, o que não iria acontecer naquela situação²⁸. O período que ele esteve no Rio de Janeiro coincidiu com o Maranhão sendo assunto constante nas páginas dos periódicos da corte, pela marcante atuação de figuras ligadas à administração do governo provincial na imprensa fluminense, como o presidente da primeira Junta de Governo, Miguel Bruce²⁹. Além de importantes negociantes e proprietários “portugueses”, como Caetano José de Sousa³⁰, que ressoavam os dissensos da província na corte. O comendador também produziu folhetos em tipografias instaladas no Rio de Janeiro, nos quais continuava a divulgar suas defesas contra os ataques de que era alvo, como será analisado. Desse modo, é possível inferir que a atuação de Meirelles como homem de negócio na praça carioca também afiançou influências na região que se estenderam para o Maranhão no momento oportuno de unificação com o poder central.

Em 1825, além da instauração do novo governo e a consolidação do retorno dos “portugueses” ao Maranhão, foi assinado o Tratado de Reconhecimento da Independência por Portugal. A posição favorável da antiga metrópole com a separação política do Brasil gerou maior interesse da elite instalada no Maranhão em fazer o juramento à Constituição. Nessa conjuntura, ganham destaque as festividades, entre outubro e dezembro de 1826, para aclamação do Imperador, como a primeira grande festa “brasileira” que ocorreu na província do Maranhão. As festividades foram oportunidades propícias para Meirelles demonstrar seu novo posicionamento como defensor do recém instaurado Império.

²⁷ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 254;265. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. p.197.

²⁸ *Astréa*, nº 40, 26/09/1826, p.1-2.

²⁹ Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce assumiu a presidência da Junta de Governo do Maranhão em 1823. O ano seguinte foi marcado por deposições e retornos do presidente do cargo, acusado de ser republicano. É deposto definitivamente em dezembro de 1824 por determinação do almirante Cochrane. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p. 80.

³⁰ Sobre o Maranhão na imprensa da Corte Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p. 195 et seq. Caetano José de Sousa era tenente de milícias e também esteve em defesa da manutenção de Pinto da Fonseca no governo, ao lado de Meirelles. *Idem. Ibidem.* p. 196.

Foram grandiosos os festejos que aconteceram naqueles meses, em São Luís, com a construção da enorme galeria em frente ao palácio de governo, onde ocorreram cortejos, desfiles, hinos, orações, discursos. Aproveitaram também a ocasião para inaugurar o retrato e o busto do imperador na sala de sessões da Câmara³¹. A exposição de imagens de D. Pedro era uma estratégia política para manter o território integrado e isso era comum nas localidades não visitadas pessoalmente pelo regente, usualmente aclamado nas datas comemorativas³². Naquele contexto, era imprescindível a exaltação a esses símbolos para legitimar a nova realidade política do Brasil, e buscou-se também inserir o Maranhão. Como destaca o folheto³³ que narrou as festividades:

é pois evidente a necessidade de rodear-se de homens de uma fidelidade a toda prova, para consolidarem os interesses ou privativamente seus, ou em geral da Sociedade (...) é a Fidelidade a virtude por excelência do distinto Povo Maranhense.³⁴

Entre esses homens, que buscavam comprovar sua “fidelidade a toda prova” estavam, notadamente, os “portugueses” recém-integrados à dinâmica provincial. Não por acaso, Meirelles foi figura de destaque nos preparativos das comemorações, patrocinadas em parte pelo Corpo de Comércio, do qual ele era o principal contribuinte. Outros “portugueses” que participaram ao lado de Meirelles na guerra de Independência também aparecem na lista de contribuintes, como Antonio Martins da Silva e Manoel Domingues Dias, subscritores da lista do comendador para arrecadar sacas de arroz³⁵.

A demonstração de fidelidade de Meirelles não se limitou aos meses dos festejos: está também na lista de assinantes para a aquisição dos retratos do Imperador, em 1827. Foi ele o único a solicitar dois exemplares³⁶, que recebeu do Rio de Janeiro, em 1829, pagando por cada painel 400\$000 réis, segundo recibo assinado pelo diretor

³¹ *A fidelidade maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade.* São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras. Lv. 180, 132,65. p. 23-24.

³² SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. p.340.

³³ Para análise mais detalhada sobre o folheto e as comemorações ocorridas naqueles meses Cf. GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir” “Jurar” e “Aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.105-118. 2011.

³⁴ *A fidelidade maranhense... Op. Cit.* 1826. p. 5.

³⁵ Durante a guerra de Independência, Meirelles encabeça a subscrição para arrecadação de sacas de arroz para o sustento da tropa que iria lutar contra a adesão. Apenas três indivíduos doaram mais de 50 sacas de arroz, dentre eles Meirelles, em que cada um doou 100 sacas. *Conciliador*, nº 166, 12/02/1823, p.3.

³⁶ *O amigo do homem*, nº 5, 17/01/1827, p. 2.

da Academia de Belas Artes, Henrique José da Silva³⁷. Nesse mesmo ano, o negociante ainda aparece em subscrição feita por D. Pedro I com o objetivo de arrecadar fundos para a arrematação do prédio do Teatro de São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. Meirelles doou um total de 4:000\$000 réis, ao lado de políticos e outros importantes negociantes, o que possibilitou a D. Pedro tornar-se o diretor do teatro³⁸. Segundo Lino de Almeida Cardoso, as doações dos vultuosos contos de réis, que chegou ao total de 79:000\$000, feitas por aquelas figuras de preponderância econômica, tinham como objetivo agradar ao monarca para receber em troca honrarias e vantagens³⁹.

Em contraponto, foi tímida a participação nos festejos ocorridos na província dos “brasileiros” vinculados a Bruce ou à parentela Belfort, nomes que estiveram diretamente ligados à expulsão dos “portugueses” no pós-Independência. A parca participação limitou-se a Manoel Gomes da Silva Belfort, tesoureiro-geral, e de sua esposa, Luiza Burgos Belfort, que recepcionaram os convidados no baile, e ao desembargador Joaquim Antonio Vieira Belfort, que apenas assinou a subscrição⁴⁰.

Para o autor do folheto *A fidelidade maranhense...*, a significativa participação dos “portugueses” nas festividades demonstra que “um espírito de fraternidade” havia se difundido entre todos, já os caracterizando como “brasileiros” de dois hemisférios, os quais conseguiram comemorar juntos aniquilando “até a mais insignificante aparência de diferença de sentimentos”⁴¹. Marcelo Galves ressalta que o autor do folheto incorpora o caráter normativo que os festejos buscavam imprimir. O local das solenidades havia sido, outrora, cenários de tumultos e violências, entre 1821 e a “adesão” à Independência, e, naquele novo contexto, passava a ser palco das provas de ordenamento e civilidade⁴². O autor do folheto buscava, assim, lançar um “véu espesso sobre tão melancólicos acontecimentos” que agitaram as províncias nos anos anteriores⁴³. Entretanto, a calma não se demoraria com destaque para os embates impressos que voltaram à tona nos anos seguintes, como será analisado adiante.

³⁷ BNBL, SOR, manuscrito n°373, 1829.

³⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial, II-POB-[1822-1831]- Tea.rç. *apud* CARDOSO, Lino de Almeida. *O som e o soberano: uma história da depressão musical carioca pós-Abdicação (1831-1843) e de seus antecedentes*. Tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo. 2006. p. 191.

³⁹ CARDOSO, Lino de Almeida. *Op. Cit.* 2006. p. 190.

⁴⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011, p.117.

⁴¹ *A fidelidade maranhense...* *Op. Cit.* 1826. p. 87.

⁴² GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p.111.

⁴³ *A fidelidade maranhense...* *Op. Cit.* 1826. p.86.

As ocasiões festivas destacavam as diferenciações jurídicas herdadas do Antigo Regime⁴⁴. Jurandir Malerba ressalta que as procissões, entradas e cortejos evidenciavam as hierarquizações daquela sociedade em que cada um ocupava o lugar destinado. E, por meio das exaltadas demonstrações de vassalagem e amor ao rei, era possível identificar os súditos⁴⁵. Nesse estágio de reposicionamento político do Maranhão o objetivo era fortalecer a imagem de “brasileiro” e as comemorações foram a instância simbólica da mudança de significado dos antigos e incômodos “portugueses”.

O retorno de Meirelles ao Maranhão, retomando seus negócios e mantendo importante aliança com o novo presidente de província permitem perceber que o negociante recebeu em troca as vantagens e as honrarias almejadas ao fazer demonstrações de fidelidade ao rei. Além disso, o novo perfil adquirido pelo negociante aponta para a sua preocupação em não apenas se reestabelecer como próspero homem de negócios, mas também tornar público seu apoio ao Estado do Brasil que começava a ser construído. Contudo, a oposição que passou a agir contra Costa Barros, o “inimigo do Brasil”, também não esqueceu o posicionamento dos “portugueses” de antes da “adesão” à independência, com Meirelles continuando como principal representante desse grupo no Maranhão.

Meirelles fortalece as ligações com o novo presidente e, por conseguinte, entre 1827 até, pelo menos, 1831, os embates ressurgem com enfoque na figura do negociante, porém, com a preocupação maior em relembrar seu posicionamento nos primeiros anos de 1820. Os anos haviam passado, mas as motivações e os personagens geradores de conflitos mantinham-se.

“Português em toda extensão da palavra”: Meirelles e os debates impressos

O negociante voltou ao centro dos embates políticos da província a partir de 1827. O palco das contendas foram, notadamente, os jornais *A Bandurra* e o *Farol Maranhense*. O primeiro defendia o posicionamento político de Meirelles antes da Independência e seu caráter de negociante. E o segundo ressaltava a imagem do negociante como “inimigo da nossa Causa!”. Os dois jornais representavam as diferentes percepções do contexto sociopolítico da província, nas figuras do redator de

⁴⁴ Iara Souza destaca, contudo, que, a partir da Independência símbolos que representavam o Brasil foram inseridos nas comemorações, como o uso do verde e amarelo e a distribuições de retratos do imperador. SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas. 1997. p. 283.

⁴⁵ MALERBA, Jurandir. *De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da Independência*. In: Idem. *Ibidem*. 2006. p. 159.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 92 - 115. ISSN: 1808-8031

A *Bandurra*, João Crispim Alves de Lima⁴⁶, simpatizante do governo; e de João Cândido Moraes e Silva, redator do *Farol*, “liberal” e de oposição⁴⁷.

Ao que parece, o estopim para o retorno das trocas de acusações envolvendo Meirelles foi o discurso sugerindo um projeto de lei feito na Assembleia Geral, na sessão de 24 de agosto de 1827, pelo deputado eleito pelo Maranhão, Manuel Odorico Mendes⁴⁸. O pronunciamento saiu na primeira edição de *A Bandurra* para as devidas refutações. O relato do deputado aponta para os prejuízos gerados na província (principalmente na lavoura e na criação de gados) pela guerra de Independência. No entanto, reclama que alguns indivíduos estariam usando esses momentos conturbados como pretexto para justificar dívidas “nascidas de imaginários estragos”, que pleiteavam indenização da Fazenda Nacional. Odorico Mendes chama atenção para Meirelles, que utilizou de falsas justificações⁴⁹ para provar os prejuízos que sofrera em razão da mudança política, intento já próximo de ser alcançado, com o ressarcimento de avultada soma “à custa da nação”. O deputado adverte, então, sobre a atuação do comendador no período que antecedeu à independência:

esse homem Antonio José Meirelles foi o chefe mais terrível da facção anti-independente; que em sua casa é que se faziam os Clubes atrozes, em que se tratava dos meios de obstar á nossa emancipação; e que portanto, pretende indenizações de perdas que sofreu por causa de uma guerra que ele mesmo excitou!

O objetivo de Odorico Mendes era coibir que aquele dinheiro fosse pago ao negociante e propôs o projeto de lei para que casos semelhantes fossem evitados, segundo o artigo publicado, como segue:

A nação não é obrigada a pagar cousa alguma aos que, tendo pegado em armas, ou por outra qualquer maneira obrado contra a causa da Independência do Império, sofreram prejuízos na sua fazenda, por ocasião da guerra que o Brasil sustentou contra Portugal.⁵⁰

O redator Alves de Lima discorda do posicionamento do deputado e afirma que o projeto de lei excluiria “toda a ideia de zelo e amor da pátria”, visto que eximia a

⁴⁶ O redator era conhecido “português” da província, membro da *Sociedade Patriótica* e presente nos festejos em comemoração à proclamação da Constituição portuguesa em 1823. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.304. Antes d’*A Bandurra* ele havia sido redator do *Amigo do Homem*, o qual circulou apenas em 1828 com 23 edições.

⁴⁷ CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015. p.24.

⁴⁸ Odorico Mendes estudou em Coimbra e retornou ao Maranhão em 1825, assumindo a redação do jornal *Argos da Lei*, novo periódico oficial. No mesmo ano conseguiu se eleger deputado, admitindo que sua vitória esteve diretamente relacionada com sua atuação no periódico. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 85;184.

⁴⁹ Algumas dessas justificações foram publicadas anos depois no jornal *Chronica Maranhense*, com intuito de denunciar Meirelles. *Chronica Maranhense*, nº 9, 31/01/1838, p.38.

⁵⁰ *A Bandurra*, nº 1, 15/01/1828, p. 7-9.

“Nação” do dever de pagar o que devia. O não pagamento geraria problemas mais graves para a “pátria” como a falta de crédito, de confiança e de honra, segundo o redator. Continua questionando as acusações feitas a Meirelles pelo deputado, que não teria como comprovar qualquer reunião na casa do negociante ou encontrar alguma sentença condenando algum indivíduo por se opor à independência. O autor ressalta que o ocorrido no período foi apenas a sustentação do juramento prestado e nem mesmo a Corte interpretava como crime, já que um decreto de anistia havia extinguido “essas culpas de opinião”⁵¹.

O jornal busca ainda explicar os motivos de defender Meirelles e sustenta que alguns leitores indagariam se aquele cidadão era realmente de rigorosa personalidade. A imagem do negociante é ressaltada ao afirmar que ele merecia “a apologia dos homens honrados” só por ser credor na província de algo em torno de “mil e quinhentos contos de rs.”, mas também tinha outras qualidades, como ser compreensivo com seus devedores nos casos em que não conseguiam pagar as dívidas⁵². A refutação do jornal é seguida de documentos para comprovação das afirmações, inclusive, da carta do pseudônimo *O amigo da verdade, e inimigo da Ingratidão* que veicula denúncia que se tornará recorrente nos embates posteriores. A carta explica que Meirelles era “íntimo amigo” do “pai putativo” de Odorico Mendes, o senhor Francisco Raimundo da Cunha, e que, por conta disso, parte das despesas do então deputado em Coimbra foi feita como favor por Meirelles, que não havia sido ressarcido após a morte do pai do deputado. O pseudônimo afirma que, durante três anos e meio, Odorico Mendes valeu-se da “vantagem de sustentar-se, divertir-se, e vadiar em Coimbra á custa do Sr. Meirelles” e, como era “vadio, e relaxado”, não conseguiu se formar naquela Universidade. Todavia, teve a vantagem, sim, de se habilitar no período fora do Brasil e conseguir, naquele momento, “papaguear na Assembleia do Brasil” como um “dos testas de ferro do partido anarquista e desorganizador do sistema, que rege o Império”⁵³.

No mês seguinte, em fevereiro de 1828, o *Farol Maranhense* contesta o posicionamento e as acusações do jornal opositor, principalmente, sobre a dívida que teria Odorico Mendes com Meirelles pelo pagamento de partes de suas despesas em Coimbra⁵⁴. Explica o jornal que os valores eram de empréstimos concedidos pelo comendador a Raimundo da Cunha e que, além da dívida não poder recair sobre o filho,

⁵¹ *Idem*, *Ibidem*, p.13.

⁵² *Idem*, *Ibidem*, p.14.

⁵³ *Idem*, *Ibidem*, p.20.

⁵⁴ Segundo Marcelo Galves, Odorico Mendes também havia recebido auxílio financeiro da Câmara de São Luís para estudar em Coimbra. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 47.

uma parte já havia sido paga. O autor ressalta também que Meirelles poderia cobrar o restante, caso tivesse interesse, mas não poderia exigir valor algum dos herdeiros⁵⁵. Destaca ainda a “firmeza de Caráter” de Odorico Mendes, considerado sábio e prudente, não só para os “seus interesses privados”, diferente de Meirelles que teria cobrado da província o pagamento dos bois consumidos em “benefício da Pátria”, mesmo sem qualquer obrigação do Estado com seus prejuízos⁵⁶.

O jornal continua as acusações com a carta publicada pelo pseudônimo *Hum Cabloco de Vinhais*, também com reclamações contra Meirelles e a advertência de que o negociante sempre se mostrou, por palavras e ações, inimigo da independência. A acusação de Odorico Mendes também é reforçada na dita carta, segundo a qual o comendador e os seus aliados fizeram “clubes” em diferentes casas com o intuito de coibir a emancipação política. O pseudônimo retoma a suposta extorsão de Meirelles ao tesouro público quando cobra pelos seus prejuízos, cuja restituição foi atendida graças ao fato do negociante controlar a maior parte dos membros da Junta da Fazenda, da qual apenas um pequeno grupo confrontava Meirelles, citado na carta como “bons Brasileiros”. O autor percebe, então, que o primeiro número de *A Bandurra* só serviu para “elogiar Meirelles e tornar odioso o nosso digno Deputado o Ilmo Sr. Manoel Odorico Mendes, taxando-o de ingrato, revolucionário, Anarquista”⁵⁷.

Chama atenção, nessas refregas políticas, o constante retorno aos antecedentes da independência, mesmo passados alguns anos de “adesão” da província. Esse período conturbado havia marcado o Maranhão e postergado as discussões acerca da construção do Estado. É notório que apenas a partir de 1825, após os juramentos à Constituição e a aclamação do Imperador, a região passou a se considerar como parte integrante da nova realidade política, de formação do Brasil. A manutenção do poder de personagens que representavam o passado a ser superado também contribuiu para a continuação dos embates. Meirelles representava bem o indivíduo que se manteve com privilégios e alianças – exemplificadas nas constantes defesas feitas pelo jornal *A Bandurra*, mesmo após as transformações políticas.

Ainda que fosse recorrente o questionamento do poder econômico do comendador, os embates deixam transparecer a força que, de alguma forma, sua fortuna

⁵⁵ Na edição nº 10 do *Farol Maranhense* consta outra carta, publicada pelo pseudônimo *O Dançador da Bandurra*, com as mesmas críticas ao relato de Alves de Lima sobre a possível dívida e Odorico Mendes, indagando: “Que culpa tem Odorico Mendes de seu pai morrer, e o testamenteiro ser mau pagador?”. *Farol Maranhense*, nº 10, 20/02/1828.

⁵⁶ *Farol Maranhense*, nº 7, 06/02/1828, p.36-37.

⁵⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 37-39.

representava, já que é permanentemente lembrado como importante credor da província. Além disso, era recorrente também a apresentação dos auxílios financeiros prestados pelo negociante, como o relato do episódio da manutenção de Odorico Mendes em Coimbra⁵⁸. Outra correspondência publicada no *Farol Maranhense*, em julho de 1828, pelo deputado também reforça essa ideia ao explicar os versos de sua autoria, produzidos quando estudou em Coimbra, em 1816, e que foram dedicados a Meirelles⁵⁹. Segundo Odorico Mendes, o seu mestre incentivou a escrita dos versos para o negociante como forma de agradecer ao apoio financeiro que recebia, além de fortalecer a relação do estudante com “um homem que então dominava a Província, e trazia atrás de si os Generais e Ministros, não sei porque magia ou encantamento”⁶⁰.

Enquanto Meirelles era associado a chefe de “facção” que lutou contra a Independência, Odorico Mendes era visto, pelos aliados do comendador, como representante da oposição e taxado de anarquista, desorganizador e revolucionário. Qualificar o deputado como anarquista atendia o objetivo de fazer oposição á ordem e à tranquilidade pública uma vez que desordens políticas opunham-se ao sistema liberal⁶¹. Alves de Lima ressalta esses elementos ao afirmar que as acusações ao seu jornal e a Meirelles eram uma maneira de “sustentar a maldita rivalidade, que tanto tem prejudicado essa Independência, essa Constituição, esse Sistema”⁶². Contudo, ainda que destacassem Odorico Mendes como “testa de ferro do partido anarquista” possivelmente a referência não representava posicionamento partidário. Como aponta Marco Morel, os anos de 1820 foram marcados por uma preocupação com a unidade nacional, em que ser partidário estava diretamente ligado a pertencer à facção ou divisão, como se vê na acusação a Meirelles, ou seja, inimigo da pátria⁶³. Entende-se, assim, a preocupação dos aliados do comendador em desassociá-lo de possíveis facções, já que naquele contexto ele se reposicionava a favor do Império.

As críticas ao apoio de *A Bandurra* a Meirelles continuaram ao longo daquele ano nas páginas do *Farol Maranhense*, que veiculou diversas cartas anônimas

⁵⁸ O comendador Meirelles pagou mesadas a Odorico Mendes em Coimbra que totalizavam 1:350\$000. Do empréstimo feito pelo negociante faltava ainda ser reembolsado, em 1828, o total de 900\$000. *Farol Maranhense*, nº 7, 06/02/1828, p.36.

⁵⁹ Os versos foram publicados na primeira edição do jornal *A Bandurra*, por isso a necessidade de Odorico Mendes de fazer as devidas explicações. *A Bandurra*, nº 1, 15/01/1828, p. 26-28.

⁶⁰ *Farol Maranhense*, nº40, 18/07/1828, p.222.

⁶¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p.186.

⁶² *A Bandurra*, nº 6, 06/04/1828, p. 186-190.

⁶³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 64.

reforçando a associação do jornal ao negociante, além de acusar o redator daquele periódico de procurar, por meio das adulações, alcançar benefícios. Além disso, enfatizavam a imagem do comendador como “mola real da máquina” que foi movida no Maranhão contra a adesão à Independência⁶⁴. Em contrapartida, *A Bandurra* justificava a todo custo sua posição e negava qualquer proteção a Meirelles. O jornal continuamente lembrava que a anterior relutância do negociante nada tinha de criminosa, mas apenas a aderência ao sistema que antes os regia.

Em meio ao fogo cruzado dos periódicos, ganha força a ideia de “ser brasileiro” em contraponto ao Meirelles denunciado como contrário à “causa brasileira” pelo jornal opositor. Alves de Lima evitava o termo “português”, e o redator chega a caracterizar Meirelles como principal representante da “massa dos Brasileiros transatlânticos” e, ao defendê-lo, estaria também apoiando todos os “Brasileiros” que fizeram oposição à Independência⁶⁵. Observa-se que os personagens dessas mudanças buscam se adaptar ao novo contexto, em que ser “brasileiro” ou “português” deixava de estar relacionado apenas ao local de nascimento, mas, e principalmente, à representação do posicionamento político. Gladys Ribeiro aponta para a importância do “portuguesismo” nesse jogo político dos anos de 1820 e de como é fundamental lembrar os acontecimentos da Independência como tempos de liberal “patriotismo”⁶⁶. Em relação ao Maranhão, Marcelo Galves ressalta que a ressignificação desses termos foi importante combustível para os embates que punham em lados opostos os “verdadeiros brasileiros” dos “inimigos da pátria”⁶⁷.

Fica cada vez mais claro para aquelas figuras atuantes no Maranhão, notadamente Meirelles, a importância de se vestirem com uma roupagem “brasileira” e de se manterem próximos ao “patriotismo” da independência. Mesmo envolto em embates o negociante conseguiu manter com relativo sucesso essa nova imagem, relacionadas principalmente com o acúmulo de alianças feitas no Maranhão e, possivelmente também, na corte.

Em 1828, paralelo aos embates envolvendo Meirelles nesses dois jornais maranhenses, reclamações similares contra o negociante apareciam também nos

⁶⁴ Correspondência escrita pelo *O Recordador*, suscitado pela *Bandurra*. *Farol Maranhense*, nº 18, 26/03/1828, p. 92-94.

⁶⁵ *A Bandurra*, nº 6, 06/04/1828, p. 186-190.

⁶⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História na Universidade Estadual de Campinas. 1997, p. 264.

⁶⁷ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p.185.

periódicos impressos no Rio de Janeiro, como o *Aurora Fluminense* e *Ástrea*, assinados por outros pseudônimos.

Em março daquele ano, o pseudônimo *Hum Maranhense*⁶⁸ escreve carta publicada no *Aurora Fluminense* para denunciar a Junta da Fazenda do Maranhão de manter protegidos e destaca três contratadores das Rendas Públicas: Antonio José Meirelles, Bruno Antonio Meirelles⁶⁹ e Lourenço de Castro Belfort. Segundo a carta, os três juntos deviam à Junta a quantia de 176:400\$512 réis sem manifestar qualquer preocupação em quitar a dívida, pois sabiam que jamais seriam incomodados, apesar das necessidades públicas. Como exemplo, o pseudônimo relata o episódio da cobrança feita a José Gonçalves Teixeira⁷⁰ pela Junta da letra no valor de 16:000\$000 réis assumida pela Companhia de Meirelles e seu irmão. Entretanto, não conseguiram sacar letra nenhuma dos negociantes e, como alternativa, a Junta optou, para juntar alguns “continhos de réis”, pelo sacrifício de bilhetes em nome dos irmãos que venceriam até seis meses depois.

A carta afirma ainda que, na ocasião, o valor da letra cobrada havia sido questionado pelo então sócio de Meirelles. Isso porque, segundo Teixeira, era a Junta que possuía dívida com a casa comercial, referente ao pagamento da grande quantidade de gado consumido pelas tropas saídas de Caxias para auxiliar na Independência. O autor, no entanto, desconfia dessa “história de Gados” e considera “muito melindrosa” a tal dívida da Junta, pois, teria sido necessário que cada homem da tropa consumisse entre 2 ou 3 bois por dia. Ao final, a carta retoma o tema das dívidas dos irmãos Meirelles e relembra a atribulada arrematação do triênio de 1823 a 1825, que gerou um

⁶⁸ O mesmo pseudônimo reclama no jornal *Astrea* das dificuldades de comunicação da província, em que Costa Barros só mandava embarcações para a Corte quando era para atender as necessidades de Meirelles. *Astrea*, nº 272, 19/04/1828, p.127. Acusação que também será refutada por Meirelles, que oferece dez contos de réis para quem conseguisse provar que durante o governo de Costa Barros alguma embarcação foi fretada. *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828. fl. 2.

⁶⁹ Bruno Antonio Meirelles era irmão de Antonio José Meirelles e vivia em Caxias, sendo também conhecido como rico negociante. Ao lado do irmão, atuou contra a “adesão” do Maranhão à Independência. Em 1824, ao solicitar mercê da Ordem de Cristo, apresenta suas áreas de atuação: “Capitão do 1º Regimento de Milícias da vila de Caxias”; “um dos maiores proprietários de prédios urbanos”; e “o mais considerável Lavrador e Negociante”. Chama atenção ainda já ter, naquele período, prestado juramento à Independência e sua casa ter sido importante parada para aqueles que se dirigiam à Corte por terra. Após a morte do irmão, em 1838, Bruno Antonio entrou em disputa pela herança do negociante e não reconheceu como herdeiras as filhas legitimadas de Antonio José Meirelles. BN, Seção Manuscritos, C-491,007, 1824. *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. BN, SOR, 040,011,061, 1839.

⁷⁰ José Gonçalves Teixeira foi sócio de Meirelles entre 1819 e 1832. A sociedade terminou de maneira atribulada, em que o ex-sócio produziu também diversas acusações ao negociante. TEIXEIRA, José Gonçalves. *Defesa Que José Gonçalves Teixeira Apresenta Ao Respeitável Público*. Maranhão: Tipografia Liberal, 1833. BN, SOR, 040, 007, 027.

prejuízo de 15:719\$000 réis, valor que fazia parte dos débitos que tinham com a Junta. Para o autor, os negócios e as dívidas de Antonio José e de Bruno Meirelles estavam interligados e afirma que todos sabiam ser o testa de ferro do outro⁷¹.

Como era de se esperar, as acusações do *Hum Maranhense* não foram ignoradas e a devida refutação foi feita. No entanto, enquanto no Maranhão jornais e pseudônimos saíam em defesa do negociante, nessa acusação, feita na Corte, Meirelles saiu em defesa própria, publicando o folheto *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado na Aurora Fluminense*⁷².

O folheto produzido por Meirelles tinha o objetivo de convencer o público dos motivos que animavam seus caluniadores. Segundo ele, as motivações não se relacionavam ao “amor e a ordem”, ou ao “zelo da Causa pública”; mas, sim, por serem figuras que sempre estiveram envolvidas nas desordens da província. O negociante passava, então, a culpar esses desafetos pelos prejuízos que teve a partir da sua expulsão da província. Explica que durante o período no Rio de Janeiro, quando as desordens chegaram “ao mais alto ponto” no Maranhão, julgou mais prudente retirar seu escritório da sua casa e o instalou em uma embarcação com “todos os Livros e papéis” a bordo. O navio teria sido invadido por “gente armada” com o intuito de jogar ao mar os documentos de sua casa comercial e, apesar da ciência do fato pelo governo e da prisão de algumas pessoas, nenhuma investigação teria sido feita. Para Meirelles, esse episódio mostrava até que ponto seus caluniadores estavam dispostos a alcançar apenas para prejudicá-lo. Suplica ao “Público imparcial” para desconfiar quando indivíduos do “partido desorganizador do Maranhão” escrevessem contra ele⁷³. Com base nessa narrativa de Meirelles, destaca-se a tentativa de destruírem-se os documentos contábeis da sua casa comercial, o que, revela a importância desses registros para Meirelles, que intencionava protegê-los, pois eram relevantes para validar a sua posição.

A refutação de Meirelles utiliza a estratégia de desconfiar dos que se diziam “brasileiros” antes da Independência e narra episódios de violência cometidos nesse período, tática também comum nas páginas de *A Bandurra*. Em uma das defesas a Meirelles, o jornal questiona os meios de fazer oposição e levanta as seguintes questões:

Quantos pacíficos Brasileiros foram arrebatados, retalhados a faca, a terçado, e a tiro no fundo mesmo de suas redes por mãos desses opositores da Independência, e sustentadores de um Sistema que recentemente tinham jurado junto com os mesmos Brasileiros? Quantos destes foram roubados por

⁷¹ (A) *Aurora Fluminense*, nº 24, 10/03/1828, p. 3-4.

⁷² BN, SOR, 040, 012, 002. 1828. O impresso encontra-se na Biblioteca Nacional, mas também foi reproduzido nos jornais *Astréa* e *A Bandurra*.

⁷³ *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828. fl.1.

aqueles influídos de Meirelles? Quantos Brasileiros foram vítimas dos exaltados Europeus, sendo por estes arrastados já sem vida para o meio da rua, e ali arrancadas suas entranhas á ponta de uma espada? Ah! eram estes os meios indispensáveis para estabelecer-se a Independência do Brasil?⁷⁴

É importante destacar, assim, que os excessos de violência relatados pretendiam desqualificar a posição dos “brasileiros”, visto que essas atitudes contradiziam a ideia do governo liberal que, como já visto, era pautado na razão e na Constituição. No entanto, essa oposição entre “brasileiros” e os novos “brasileiros transatlânticos” fica mais evidente nas refutações de Alves de Lima. O folheto de Meirelles caracteriza a oposição como detratores ou caluniadores, eximindo-se do uso dos termos “português” e “brasileiro”.

A narrativa do negociante caminha, então, para refutar as acusações do *Aurora Fluminense*. Primeiramente, o autor nega ter qualquer testa de ferro, nem seu irmão Bruno Meirelles, nem Lourenço de Castro Belfort, inclusive, porque esse tinha “bens de alguma consideração” e seu irmão, “avultada fortuna”. Logo, não havia necessidade de se colocarem na frágil posição de protetores dos interesses do comendador. Para ele, apresentá-los como seus testas de ferro visava colocar todo o peso dos débitos deles na conta de sua firma com o propósito de aniquilar seu negócio. Meirelles detalha suas dívidas e ressalta que dos 176:400\$512 réis devidos à Junta da Fazenda já conseguira reunir 41:645\$987 réis a serem pagos na corte, e o valor restante, 134:754\$525 réis, não representava montante significativo para tantas acusações, dado que sua fortuna era muito superior, como relata:

agora pergunto aos meus detratores, se só dentro da cidade de S. Luiz do Maranhão, não possuo eu Prédios superiores em valor a essa quantia? Isto sem falar em Navios, Embarcações, Escravatura e 1:237:025U939 Rs., a que pelo ultimo Balanço da minha Casa, montão as dividas ativas⁷⁵.

Ainda assim, o negociante ressalta que não poderia fazer as cobranças devidas no Maranhão, visto que a região vivia dificuldades geradas por causas diversas, como a “anarquia e a seca”, o que explicava a razão da pequena dívida que ainda restava com a Junta da Fazenda.

Pelo folheto, observa-se que o ânimo de Meirelles torna-se mais acirrado à medida que o tema passa a ser o consumo dos bois pelas tropas da Independência,

⁷⁴ *A Bandurra*, nº 6, 06/04/1828, p.189.

⁷⁵ O valor de 176:400\$512 réis referente à possível dívida do negociante era relevante, sendo possível comprar diversos imóveis na cidade de São Luís. Contudo, a alegação feita por Meirelles condiz com seu inventário, visto que possuía um total de 223:792\$616 réis em treze prédios urbanos e um terreno, cada um variando entre 63:992\$700 réis (a sua própria casa) e 3:663\$900 réis. Em contrapartida, consta em dívidas ativas no seu inventário um total de 35:577\$521 réis.

considerado por ele “estupidez”, “grosseria” e “cachorrice!” ao alegarem que cada homem comeu dois ou três bois por dia. O negociante argumenta que o consumo extraordinário de carne ocorreu por serem as tropas indisciplinadas e desabitadas à parcimônia, já que muitas vezes abandonavam os cortes por serem muito magros e voltavam para buscar pedaços mais fartos. A última acusação de que a nova arrematação do contrato das carnes verdes teria causado prejuízo à Fazenda Pública também é negada pelo comendador, ao alegar que houve prosperidade em todos os ramos, assim como foi possível acumular boa soma devido ao aumento dos contratos, naquele triênio⁷⁶.

Ao final da refutação, o negociante afirma que, se quisesse, poderia nomear os anônimos que escreviam contra ele, indicar suas opiniões e suas condutas nos diferentes momentos de crise vividos no Maranhão. No entanto, julgou melhor ater-se aos argumentos em defesa própria para continuar gozando da estima dos seus concidadãos⁷⁷.

O folheto produzido por Meirelles apresenta questões diferentes das defesas feitas ao seu favor no Maranhão. Enquanto seus aliados pautavam-se em defender os posicionamentos políticos do negociante e criticar os da oposição, esse se preocupa mais em justificar sua atuação como homem de negócios e realçar sua fortuna e as possíveis causas das dívidas que acumulava. O fato de publicar sua defesa no Rio de Janeiro e o manifesto opor-se à reclamação que denuncia suas atividades econômicas, entende-se a posição do negociante em sua refutação. Além disso, a produção do folheto a partir da corte aponta para a relação do negociante com o novo centro de poder do Estado, com os embates alcançando ressonância fora dos limites da província. Sendo assim, houve a preocupação em tornar público também seu posicionamento também na corte.

Contudo, Meirelles não despreza totalmente as querelas políticas com as quais esteve envolvido, em anos anteriores no Maranhão e, ao que parece, o negociante toma seus caluniadores por mais incomodados com seu poder econômico e com a perpetuação dos seus privilégios, ao passo que as divergências políticas que ganhavam corpo nesse período eram apenas uma nova roupagem para dissensos remanescentes.

A refutação do comendador destacando as incongruências dos “brasileiros” ditos liberais indica ainda as questões políticas que ganharam força nesse período de

⁷⁶ *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828. fl. 1v.

⁷⁷ *Idem. Ibidem.* fl. 2.

construção do Estado nacional. Matthias Assunção explica que, ainda que o Maranhão tenha, de maneira geral, seguindo o padrão nacional, com a divisão dos partidos políticos entre conservadores, liberais moderados e “exaltados”, não havia na década de 1820 um partido conservador propriamente dito. Segundo o autor, o que ocorreu foi “certa continuidade entre os “corcundas” absolutistas de 1820-23, o partido “português” que apoiava o autoritarismo de D. Pedro, e os “caramurus” restauradores de 1831-34”⁷⁸. Nesse sentido, Meirelles era o principal representante do grupo “português” no Maranhão, se posicionando, após a independência, como súdito de D. Pedro e aliado de figuras relacionadas com o poder central na região, como o presidente de província Costa Barros. No extremo oposto estaria Odorico Mendes como importante representante dos ditos “brasileiros”. Daí a importância para ambos os personagens e publicizar suas posições, no período de construção do Estado fortemente marcado por disputas políticas.

As mesmas reclamações e defesas - contra ou a favor - entre Meirelles e Odorico Mendes, apresentadas até aqui, permanecem recorrentes até, pelo menos, o final de 1828, enchendo as páginas dos jornais impressos, tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro. Correspondências com os posicionamentos dos próprios envolvidos, dos redatores dos jornais e, o mais recorrente, de diversos pseudônimos⁷⁹ resumem bem o teor dessas publicações. Após esse período mais conturbado, as referências ao negociante tornam-se mais escassas, mas se manteve até próximo de 1838, ano da sua morte.

Dois anos depois dos embates acalorados contra o negociante com as acusações de ser contra os “brasileiros”, a questão ainda mantinha-se em voga. Isso porque, em 1831, em meio aos conflitos vividos durante a regência, é publicada no *Farol Maranhense* a aclamação do pseudônimo *Auroro*, enfatizando a importância de se manter o “laço nacional” na província. Para isso, assim como havia ocorrido em 1822,

⁷⁸ ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *Op. Cit.*, 2015. p. 322. O autor ressalta ainda que o termo partido utilizado na discussão não significava organizações estruturadas e coesas, como já visto. Segundo ele, adesões partidárias ou realinhamentos políticos nas províncias combinavam “influências centrais com desenvolvimentos regionais”, ainda mais no Maranhão, onde a cultura política do Atlântico só alcança a região após a Revolução do Porto. Ainda nessa perspectiva, Flávio Reis denomina esses grupos de “facções políticas”, visto que entre as décadas de 1820 e 1840 o que havia no Maranhão era uma extrema fragmentação desses grupos, geralmente relacionados com lutas entre famílias importantes, sem que houvesse “propriamente um setor voltado para a ocupação da política”. REIS, Flávio Antonio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do IFCH/UNICAMP. Campinas, 1992. p. 34.

⁷⁹ A última referência aos embates entre Meirelles e Odorico Mendes localizada foi em dezembro de 1828 em uma carta publicada pelo deputado no jornal *Aurora Fluminense*, que, mais uma vez, reafirma não possuir dívidas com o negociante. (A) *Aurora Fluminense*, nº 124, 01/12/1828, p. 1-2.

era necessário lembrar que os “mais implacáveis inimigos da nação” eram os portugueses; os quais seriam exterminados pelos “capadócius”. O autor cita, então, Meirelles, considerado “português em toda extensão da palavra” e que, como todos sabiam, sempre fora contra “a nossa Liberdade e Independência”. Contudo, o pseudônimo afirma que a partir daquele momento os “capadócius” não iriam mais se curvar ao jugo do comendador, nem ao dos seus “infames compatriotas portugueses”⁸⁰.

É possível observar, então, que mesmo após os anos de 1820 o antilusitanismo continuava a representar os motivos de descontentamentos, rechaçado em qualquer oportunidade, assim como a questão “nacional” mantinha-se entre as preocupações de figuras atuantes politicamente no Maranhão. Além disso, é notório a permanência de Meirelles como figura principal nas reclamações, ainda sendo relacionado pela oposição como melhor representante dos “portugueses”. Aspectos que evidenciam a manutenção a preponderância política do negociante ainda naquele contexto. Os anos passavam, mas continuavam viva nas páginas dos periódicos a conturbada inserção do Maranhão no Império do Brasil, processo que continuou em construção até a década de 1830.

Considerações finais

A percepção da Independência, no sentido de separação política como algo inevitável, passou a ser questionada pela historiografia, nas últimas décadas, que traçou a identidade nacional como construção, que foi amadurecendo ao longo do tempo, e não como sentimento inato. Houve ainda a participação de toda a sociedade, que nem sempre partilhava dos mesmos interesses econômicos e sociais, o que a levou também interpretações próprias sobre a Independência. O Maranhão encontra-se entre essas nuances da separação política do Brasil, já que houve forte oposição da província em cortar os laços com Portugal, desembocando em uma “adesão” permeada por conflitos e a aclamação tardia do Imperador, apenas após o reconhecimento da antiga metrópole, em 1825.

Nesse período, então, alcançou o Maranhão questões que ganharam força no Brasil pós-Independência, como a de pôr em lados opostos “portugueses” e “brasileiros”: os primeiros representavam aqueles contrários à Independência, e os segundos relacionavam-se com a ideia de “ser brasileiro” que começou a ser construída. Segundo Gladys Ribeiro, nesse contexto o termo “brasileiro” começa a designar os que lutavam pela liberdade, pela Monarquia Representativa e Constitucional e que se

⁸⁰ *Farol Maranhense*, n° 298, 15/05/1831, p.1.244.

opunham às medidas recolonizadoras das Cortes, independente de onde nascessem, no Brasil ou em Portugal⁸¹. E o “português” passou a representar tudo aquilo que deveria ser evitado e rechaçado, já que podia “perturbar o sossego público”, além de ser uma ameaça à formação do Estado nacional.

Desse modo, a forte oposição à Independência ocorrida no Maranhão fez crescer, após a “adesão”, o sentimento antilusitano. Nesse contexto, o principal representante dos “portugueses” na província era o negociante Antonio José Meirelles, que passou por reveses no período pós-Independência, contudo, conseguiu retornar não só para o Maranhão, mas também para o alto patamar de poder e influência. A reinserção do negociante na região inflamou as querelas impressas, as quais o mantinham como protagonista. Sendo assim, para a oposição, sua figura perpetuou-se como ameaça a estruturação da “nação” que acabava de nascer.

Logo, os dissensos envolvendo Meirelles permitem perceber o fortalecimento de grupos antagônicos, inicialmente intensificados pelas novidades advindas da adesão à Revolução do Porto. Após a Independência, as discussões se mantêm, no entanto, revestidas com as preocupações relacionadas a concepção do Estado nacional.

O retorno de Meirelles ao Maranhão aponta para a sua capacidade de adaptação a diferentes contextos: se, no primeiro momento, o comendador fez forte oposição à “adesão” à independência, depois de consumada, ele busca demonstrar sua fidelidade ao novo imperador, mantendo nas diferentes situações as alianças com o Estado. Essas estratégias permitiram a manutenção da sua imagem e de seus negócios, conservados até certo ponto protegidos em meio às dificuldades e aos constantes embates que marcaram sua atuação.

Em meio aos embates, foi possível observar ainda as alianças estabelecidas por Meirelles, notadamente com o presidente de província e com os redatores dos periódicos. O negociante recebia benesses sendo aliado do governo assim como este também percebia vantagens ao se relacionar com uma figura que conseguia manter influência política na região, como foi o caso de Meirelles. A perpetuação da autoridade do negociante foi possível também pelo apoio de parte dos jornais do Maranhão que, por meio das suas páginas, buscavam fortalecer a imagem de Meirelles como homem “probo e honrado”, refutando críticas e denúncias da oposição, além da tentativa de caracterizar o negociante como novo “brasileiro”. Portanto, diferentes esferas de poder

⁸¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* 1997. p. 93.

na província percebiam o comendador como figura fundamental para o fortalecimento do poder central na região.

Logo, a partir da escala de um personagem, como Antonio José Meirelles, é possível compreender as diferentes maneiras de inserção das províncias no mosaico do Império brasileiro. No caso do Maranhão, para a legitimação do governo central estabelecido no Rio de Janeiro foi essencial a proximidade com figuras já influentes na região, sendo o negociante o principal representante desse grupo. Para entender a formação desse Estado torna-se necessário também observar as estratégias de atuação desses personagens.